

MICROCRÉDITO, TRABALHO E A DUALIDADE: EXAMINANDO A LITERATURA PARA AVALIAR O CREDIAMIGO

Microcredit, work and duality: examining the literature to evaluate Crediamigo

Raul da Fonseca Silva Thé

Sociólogo. Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (PPGS/Uece) e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisador associado do Laboratório de Estudos e Pesquisas Conflitualidades e Violência (Covio/Uece). raulsilvathe@gmail.com

João Bosco Feitosa dos Santos

Economista e Sociólogo. Mestre em Economia Rural pela Université de Montpellier e Bacharel em Economia pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC). Professor aposentado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará (UECE). feitosabosco@gmail.com

Resumo: A presente revisão de literatura tem como intuito avaliar as experiências de microcrédito, com o foco no Programa Crediamigo. Segue uma metodologia bibliográfica com vistas à realização de uma avaliação contextual da engenharia microcreditícia e do Programa em particular. Para tanto: se examina, primeiramente, o modelo do Grameen Bank; em seguida as nuances de replicação na Ásia e na América Latina; posteriormente, as experiências brasileiras; e, finalmente, o Crediamigo. Como considerações finais apresenta limites e possibilidades que apontam para um cenário marcado pela dualidade ao mesmo tempo em que tem desconstruído dicotomias.

Palavras-chave: Microfinança; Downscaling; Inclusão; Exclusão; Comoditização de Laços Sociais.

Abstract: The present literature review aims to evaluate the experiences of microcredit, with a focus on the Crediamigo Program. It follows a bibliographical methodology for the purpose of conducting a contextual evaluation of microcredit engineering and the Program in particular. To do so: first, the Grameen Bank model is examined; then the nuances of replication in Asia and Latin America; later, the Brazilian experiences; and finally, Crediamigo. As final considerations present limits and possibilities that point to a scenario marked by duality while it has deconstructed dichotomies.

Keywords: Microfinance; Downscaling; Inclusion; Exclusion; Commoditization of Social Ties.

1 INTRODUÇÃO

O microcrédito, as microfinanças e a economia de proximidade não são fenômenos recentes, mas práticas que se constituíram de forma reiterada pelo contato, necessidade, confiança e reciprocidade. Muito antes das modernas metodologias de concessão de crédito “aos pobres” e de sua absorção por sistemas bancário-financeiros, esta prática foi sempre corrente.

De forma semelhante, o caso das experiências microcreditícias brasileiras remontam constituições ético-comunitárias inseridas nesta sociedade. Enquanto isso, as institucionalizações, ocorridas durante a década de 1990, têm suas raízes nas mobilizações e nos acúmulos organizativos sociais que se iniciam pelo menos quatro décadas antes. Certamente, as primeiras experimentações são recentes, por outro lado, a separação de setenta anos entre o momento atual e a mais antiga investida figura uma linha temporal consistente.

Além disso, a segunda metade do século XX resguarda, nas esferas nacionais e internacionais, a consolidação da base metodológica – experiencial do microcrédito somada a uma ampla discussão sobre as necessidades fundamentais dos indivíduos. Cenário que se tornou ensejo para a promoção, publicidade e replicação do microcrédito. Como produto deste cenário, o Crediamigo soma a si um conjunto de particularidades, ao mesmo tempo, condensadas e subjacentes a ele, que a leitura da literatura pode lançar luzes e produzir *insights*.

Este cenário leva às três primeiras partes desta revisão bibliográfica. A primeira se preocupa em apresentar o modelo que baseia a metodologia da atual concessão de microcrédito. A segunda trata da replicação desse modelo a partir de duas referências geográficas de vulto. A terceira aborda os caminhos da operacionalização no Brasil. Proponho, na quarta seção, a compreensão tanto da importância quanto dos limites conceituais e práticos do Programa Crediamigo. E finalmente, as conclusões finais.

2 O MICROCRÉDITO PELO MUNDO: OS FUNDAMENTOS, A INCLUSÃO E AS EXCLUSÕES

Durante a década de 1970, o Grameen Bank (o Banco da Aldeia) e Muhammad Yunus apre-

sentaram abordagem bancária e metodologia de concessão de microcrédito inovadoras. Sua importância inicia-se e se mantém pela replicação de seu modelo de microcrédito por diversas instituições microfinanceiras (IMF's) do mundo. Alcançar dos “mais pobres entre os pobres”, atuar como alternativa para o combate à pobreza e como “direito humano” estão no horizonte deste modelo. Sua metodologia se delineou com: (1) concessão de crédito a grupos de aval solidário; (2) preferência pelas mulheres; e, (3) nos princípios de inovação, variedade, transparência e ética. Sobre o aval solidário: os empréstimos são liberados a partir da garantia (inter-)subjativa entre “iguais”, vizinhos, “amigos” e etc. Assim, as sociabilidades existentes anteriormente são o colateral que sustenta a tomada de crédito. (LAGNEU-YMONET; MADER, 2013, p. 30; MONZONI, 2008; NERI; MEDRADO, 2010; SPIEGEL, 2010; YUNUS, 2008).

Para defensores do microcrédito, o argumento da prática microcreditícia está na ideia de estimular “a atitude empreendedora por princípio, o mercado por base, o capitalismo ‘justo e sustentável’ por objetivo” (LAGNEU-YMONET; MADER, 2013, p. 30), configurando uma relação íntima entre fazer com que pobres sejam integrados aos mercados capitalistas e que estes sejam acessados por estes mercados. O registro histórico que subsidiou a iniciativa de flexão aos pobres remonta os debates ocorridos durante a década de 1970 sobre as “necessidades” fundamentais e as possibilidades de incluir (ou ao menos integrar) progressivamente os pobres ao sistema econômico. Em decorrência, surgiram e se validaram projetos e concepções de “desenvolvimento” destinados à base da pirâmide social, mediante soluções alicerçadas no mercado; a moderna concepção do microcrédito origina-se deste escopo (RIST, 2002, p. 189-192).

Nesse sentido, esta concepção resguarda uma ambiguidade entre discurso e prática, em que o discurso se vincula aos mais pobres dos pobres (*poorest of the poor*), enquanto a prática expressa um não alcance deste público. Esta oposição entre o falar e o atuar na direção dos mais pobres, de forma geral, se materializa no número muito menor, do que imaginado, de pobres abarcados mundialmente pelos programas de microcrédito. Os clientes *realmente* pobres são a extensa minoria e as IMF's chegam muito pouco à pobreza extrema enquanto os não pobres têm alta incidência; a atuação do microcrédito ocorre ao redor da linha da pobreza e

circunscreve, principalmente, a pobreza moderada. Dessa forma, os maiores benefícios estão acima da linha da pobreza e nem sempre a redução da pobreza é a direção em que se encaminha a operacionalização do microcrédito. Revelando que, mesmo suscitando a inclusão, a exclusão é de uma de suas dimensões: a condição de dupla¹ exclusão se expressa, contribuindo para a perenidade da pauperização de populações. (BANDEIRA, 2008; COHEN, 2003; GULLI, 1999; KARNANI, 2008, p. 36; LIMA, 2009; LOBO, 2014; SILVA, 2011).

Os resultados da tomada de crédito, em maioria, prejudicam mais do que realizam um bem, mesmo diante das múltiplas experiências, abordagens plurais e variabilidade dos locais, pois se o microcrédito se torna um círculo virtuoso, o tomador melhora pouco sua situação; já se é mediano ou abaixo do esperado este fica, contraditoriamente, mais pobre que rico, piorando a situação após o endividamento. Dessa maneira, o crédito pode ser visto como um instrumento para redução da pobreza, mas carrega em si a ampliação dos riscos de um aumento da vulnerabilidade, tanto dos mercados de microcrédito quanto das vidas dos clientes. Estes limites apontam para duas questões relevantes: o primeiro, a vulnerabilidade pode ter profundas consequências, a exemplo das repetidas falências de mercados (“*subprime* dos pobres”²) e, ainda mais, dos suicídios ocorridos na Índia por conta de endividamento³; o segundo, o crédito pode até ser pertinente como medidas de desenvolvimento e de redução da pobreza, mas não é o mais fundamental para ganhos sociais efetivos. (AP, 2012; COHEN, 2003; GULLI, 1999; KARNANI, 2008; LAGNEU-YMONET; MADER, 2013).

O primeiro ponto levantado recai sobre a eficácia das operacionalizações realizadas pelas IMF’s, em que os enfoques giram: de um lado, para a tomada de crédito como promotora de crescimento de renda, acompanhado de maior acesso a negócios e, portanto, certa redução da vulnerabilidade; já outro, entende que políticas, programas e projetos como e especificamente de microcrédito amoldam

a pobreza abarcada, capturando e disciplinando uma vasta maioria para atividades de subsistência, que não conduzem à autonomia socioeconômica. Neste horizonte, a vulnerabilidade também é examinada de forma dual. Em certa ótica, a tomada de empréstimos melhoraria o manejo do consumo e despesas, além de redobrar o esforço no trabalho empreendedor e coordenar os riscos cotidianos, assegurando acesso permanente ao crédito. Em outra, os empréstimos estenderiam a vulnerabilidade, por serem ações paliativas seminalmente ligadas ao mercado capitalista, a exemplo do incentivo à atividade financeira privada e à concorrência. É neste ponto que se ressalta que os dispêndios financeiros compõem parte significativa dos custos dos nanonegócios⁴; que a cooperação existe, mas o que se apresenta é a competição entre autoempregados ou trabalhadores por conta própria,⁵ que “empreendem” não por escolha, mas por falta de alternativa e pela sobrevivência; e, que os impactos socioeconômicos se revelaram nulos no contexto global. (CIANCIO, 2014; COHEN, 2003; GARCIA, 2010; GULLI, 1999; KARNANI, 2008; LAGNEU-YMONET; MADER, 2013; NITSH; SANTOS, 2001; RIST, 2002; SANTOS, 2007; SANTIAGO, 2008; V.I.D.A. BRASIL! ONG, 2000).

Já para a questão da pertinência do crédito como fator de mudança de vida, as interpretações giram em torno da efetividade dos programas microfinanceiros em relação à atuação com a pobreza. De um lado, há posições que entendem que a saída da pobreza tende a ser um processo lento e desigual, mas que o financiamento do microcrédito deve ser complementar e não substituto de investimentos básicos. De outro, que a estratégia do microcrédito é realmente vindoura no nível nanoeconômico, mas que para haver a mitigação da pobreza seria preciso criar empregos e estimular o aumento do trabalho produtivo em escala. Para esta abordagem, os benefícios, no nível citado, não significam alívio da pobreza, ao contrário, em alguns casos, a piora na parte de baixo da pirâmide social é consequência direta do estímulo ao microcrédito (GUIMARÃES; MAGALHÃES, 1997; COHEN, 2003; KARNANI, 2008).

1 Sendo a primeira em nível macro, onde o contexto geral é excluyente e a segunda em nível micro em que há exclusão dentro de um processo de tentativa de exclusão.

2 Crises do microcrédito ocorreram na Bolívia (2000), no Marrocos (2007), na Bósnia e Herzegovina, na Nicarágua e no Paquistão (2008) e na Índia (2005 e 2010). Ver Lagneu-Ymonet e Mader (2013).

3 Gulli (1999) disserta, ainda durante os anos 1990, que programas de microcréditos em países (como Bolívia, Bangladesh e Índia) apresentavam efeitos negativos.

4 Negócios com dimensões diminutas ou “nanicas”, vinculados aos seguimentos formal ou informal na dimensão da nanoeconomia, sendo, assim, menores que a dimensão micro, ou seja, não são micronegócios, mas nanonegócios (ver NERI; GIOVANINI, 2005).

5 Os termos usados pelos autores para caracterizar os tomadores de crédito são *self-employed* e *survivors* para autoempregado e *own-account workers* para trabalhadores por conta própria.

Em síntese, os dois pontos citados acima apresentam a inexistência de um consenso sobre os impactos positivos e/ou negativos, mesmo com uma maioria crítica às experiências microfinanceiras. Contrariamente ao que versa o apelo generalizado voltado ao microcrédito, maiores ganhos para a pobreza seriam conseguidos com incentivos a produções em grande escala, geração de emprego, aumentos salariais e salários justos, conservando uma matriz de estímulo à concorrência em escala. Acerca disso, Karnani (2008) relaciona dois grupos de países, um em que houve redução significativa da pobreza e outro que não teve o mesmo sucesso; o primeiro, composto por China, Vietnã e Coreia do Sul, apresenta uma pequena atividade microfinanceira e um forte incentivo ao emprego, enquanto – o segundo – em Bangladesh, Bolívia e Indonésia o grande fluxo de microcrédito não se reverteu em mitigação real da pobreza.

Como segundo fio condutor, proposto pela literatura, se encontra a sustentabilidade das concessões das IMF's contraposta ao alcance dos mais pobres. Como visto anteriormente, o alcance à real pobreza é mínimo, portanto, há uma escolha evidente e latente pela constituição da sustentabilidade financeira e de custo por parte das instituições. As compreensões sobre este quesito se contrapõem, já que um lado entende que as organizações microcreditícias devem escolher entre a sustentabilidade financeira e o retorno social no combate à pobreza, devendo a escolha apontar a diretriz seguida. Para o outro, as IMF's reduzem seus riscos e custos quando escolhem métodos como os dos grupos de aval solidário, levando-os a se perguntar quem realmente ganha com o microcrédito. A resposta mais corrente para a questão são as próprias IMF's. (COHEN, 2003; GULLI, 1999; HICKEL, 2015; KARNANI, 2008).

Para que a resposta acima tenha maior peso, Neri et al. (2008) citam os cálculos da lucratividade média de IMF's, da seguinte maneira: o *Boston Consulting Group* calculou em 13% no escopo mundial; já o *MicroBanking Bulletin* incluiu e separou comparativamente IMF's latino-americanas e asiáticas, a primeira apresentou 15,6% enquanto a segunda 12,4% (o que respalda relativamente a média mundial apresentada). Apesar disso, os autores apontam, com base em pesquisa conjunta de *MicroBanking Bulletin* e do *The Microfinance Exchange* (MIX), que uma IMF só se torna sustentável com cinco a sete anos de atuação.

Uma saída encontrada pelas operacionalizadas do microcrédito está na focalização das ações. Consequentemente, o foco configura-se como uma preferência pelas mulheres, opção amparada no hiato de gênero (*gender gap*) de sociedades machistas. Apesar disso, a primazia feminina é, também, equívoca, já que de um lado esta escolha se dá vislumbrando a maior adimplência e o maior investimento em educação própria e da geração posterior que é sua dependente (filhos e/ou netos), de outro por um alegado empoderamento por parte das mulheres (BANNING-LOVER, 2015; MOTA; SANTANA, 2011; SPIEGEL, 2010; YUNUS, 2008).

Para os defensores do efetivo empoderamento feminino na dinâmica empréstimo/pagamento microcreditício, as tentativas de inclusão financeira autoestimuladas atingiriam múltiplas dimensões da pobreza, especialmente as subjetivas como a autoestima e controle das contas familiares. Nessa perspectiva, a promoção de afirmação econômico-financeira conduz a uma das capacidades sociais e pessoais, intensificada pelo menor isolamento das mulheres. Já os críticos dessa correlação fazem lembrar que promover a autonomia das mulheres não é automático e este empoderamento só se verifica no nível nanoeconômico, se coadunando com alguns argumentos dos defensores (COHEN, 2003; GULLI, 1999; KABEER, 2005; KARNANI, 2008).

Em linhas gerais, as interpretações acerca do microcrédito ao redor do mundo concorrem para associá-lo a duas distintas concepções de cidadania. Em ambas, há um credo que propõe que a inclusão financeira é um passo para saída da pobreza, independente dos seus resultados que foram apontados, mas que investimentos básicos como saúde e educação são muito mais basilares para a despauperização. A diferença entre elas se verifica quando uma compreende que a cidadania deve estar associada à garantia de direitos ou dos investimentos citados assegurados pelo poder público, enquanto outra a assimila a uma lógica mercadológica medindo as possibilidades de compra de serviços, ou seja, apontam para uma cidadania comprada (BANDEIRA, 2008; COHEN, 2003).

3 REPLICANDO O MICROCRÉDITO: DOIS MODELOS E UMA SÓ AGENDA

Este é o cenário do microcrédito mundial e como se operacionaliza. Mediante um foco com-

parativo, as experiências internacionais de replicação do modelo Grameen ressaltam dois modelos de reprodução distintos – o asiático e o latino-americano –, mas inteiramente relacionados com o contexto em que estão inseridos. O modelo asiático, com ponto inicial no próprio Grameen Bank, teve nos *LandBank of Philippines* e *Bank Rakyat Indonesia* (BRI) dois paradigmáticos entusiastas. Sua característica primeira é a base no microcrédito rural, foco em populações de baixa renda mais profunda e, conseqüentemente, têm consigo grandes carteiras de clientes: uma média de 130 mil, enquanto a latino-americana tem 30 mil. Além disso, nota-se um envolvimento do Estado nos programas de microcrédito. Já a latino-americana tem origem diferente, por tratar-se, principalmente de um processo de *upgrading*⁶ de organizações não governamentais (ONG's), ou seja, da transição de ONG's para IMF's. A característica principal e inovadora destas foi o aprimoramento da concessão do microcrédito urbano. Exemplos de países latino-americanos em que o modelo se desenvolveu assim são: Bolívia, Colômbia, México, Peru, El Salvador e Nicarágua. Outra característica marcante deste modelo foi o apoio da *Acción* Internacional, seja técnico seja financeiro, tanto na implantação enquanto ONG quanto no processo de formalização, este último que facilitou a ampliação de contas ativas em cada um dos programas (LIMA, 2009; NERI, 2008a; NERI et al., 2008).

Neste modelo latino-americano não está incluído o Brasil porque os processos e experiências ocorreram de formas diferentes no país e fora dele. Enquanto na América Latina as instituições sem fins lucrativos evoluíram para instituições financeiras reguladas, no Brasil isso não aconteceu e as carteiras de microcrédito se mantiveram limitadas ou, no mais das vezes, apequenadas. Assim, o microcrédito no Brasil será visto à parte, na quarta seção, buscando expor o campo onde se desenrolam e desenrolaram as experiências brasileiras microfinanceiras.

Estes modelos de replicação se relacionam intimamente com a agenda internacional e esta foi marcada por três datas que se mostraram chave no escopo internacional, no mercado microfinanceiro

6 Um caminho possível da operacionalização do microcrédito, que se relaciona com a criação de uma IMF regulada por uma ONG. Esta instituição sem fins lucrativos é fortalecida e depois é transformada em uma instituição lucrativa, com um banco por exemplo (NERI et al., 2008).

brasileiro e no Programa Crediamigo. Estes três anos foram, a saber: em 1997, com a Cúpula Internacional do Microcrédito para Famílias Pobres e a fundação do *Microcredit Summit Organization*; em 2005, ocorreu o Ano Internacional do Microcrédito apoiado pela Organização das Nações Unidas (ONU); e, a Cúpula Global do Microcrédito ocorrido em 2006 (ESTIGARA, 2009; LIMA, 2009).

4 OPERACIONALIZAÇÕES DO MICROCRÉDITO NO BRASIL

O ano de 1973 apresentou a mais importante *proposta* de microcrédito, até ali observada, no Brasil. A União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO) ou Programa UNO, foi esta iniciativa, atuando na região da Grande Recife em Pernambuco, se expandindo, posteriormente, para o interior e para municípios da Bahia. Financiado por doações internacionais, entidades empresariais e bancos locais, além de apoio e assistência técnica da atual *Acción* Internacional, entidade eminente na formalização do microcrédito. Maciel et al. (2012, p. 319-320) sintetizam a relevância desta experiência ao apontar que o Programa UNO “financiou milhares de pequenos empreendimentos [...], formou dezenas de profissionais especializados em crédito para o setor informal e, durante muitos anos, foi a principal referência para a expansão dos programas de microcrédito na América Latina.”

Apesar de acertos e sucesso na área técnica, metodológica e no impacto social foi encerrado, em 1991, principalmente, pela incapacidade de gerar sustentabilidade financeira para a manutenção do programa. Ao lado dele, outras ONG's atuaram no setor de microcrédito, especialmente após a estabilização ocorrida durante a década de 1990. Vale citar, ainda, que se guardam diferenças fundamentais entre as iniciativas de microcrédito dos anos 1970 e as mais atuais, que se situam em aquelas serem mais voltadas ao assistencialismo enquanto estas se propõem ao fomento à produção (GARCIA, 2010; GUIMARÃES; MAGALHÃES, 1997; LIMA, 2009; MACIEL et al., 2012; MONZONE, 2008; SANTIAGO, 2008; SILVA, 2010; ZOUAIN; BARONE, 2007).

Durante os anos 1980, outras duas organizações de vulto apresentaram-se no mercado de microcrédito, a saber: (1) em 1982, a Associação

Brasileira para o Desenvolvimento da Mulher ou Banco da Mulher começou suas operações; (2) em 1987, o atual Ceape Nacional passou a replicar a metodologia de grupos solidários e do aval solidário de acordo com a *Acción* Internacional. Para alguns avaliadores do estabelecimento do microcrédito no Brasil o Sistema Ceape é o segundo ator brasileiro mais relevante, ficando atrás somente do Banco do Nordeste. (GARCIA, 2010; MACIEL et al., 2012; MONZONE, 2008; SANTIAGO, 2008).

O final dos anos 1980 apresenta a mudança de enfoque discursivo e argumentativo de combate à pobreza para a busca de garantir a perenidade do crédito por meio da questão da sustentabilidade da IMF. Esta passagem se relaciona a um contexto general de alteração de uma visão desenvolvimentista ou *poverty lending* para uma visão minimalista ou *financial systems*. Em que o primeiro tem como focos o combate à pobreza, o empoderamento e se apoia, também, em serviços complementares (não financeiros), enquanto o segundo tem como foco não exatamente em pessoas de baixa renda, mas assegurar a base de uma busca pela sustentabilidade financeira e manutenção da oferta de crédito por parte das IFMs. Tal passagem emula o conflito de escolha e compromisso (*trade-off*) ou a oposição operacional – conforme apresentado antes – de todo o campo microcrédício mundial (focalização/ sustentabilidade). Foi neste processo que se consolidou o campo de microcrédito brasileiro, mas foi durante a década de 1990 que houve uma aceleração dessa consolidação, principalmente, pela multiplicação de experiências, e, portanto, sob um alicerçamento minimalista, sendo o programa Crediamigo parte integrante desta expansão (BANDEIRA, 2008; GUIMARÃES; MAGALHÃES, 1997; LIMA, 2009).

O processo de expansão foi ampliado e estimulado por intermédio da ocorrência do Plano Real e da estabilização monetária, especificamente, a de 1994. Posteriormente, o governo Cardoso estruturou a oferta de microcrédito como um sistema financeiro paralelo. Isso porque mesmo com a decorrência de uma liberalização financeira se manteve a discriminação às pessoas autoempregadas. Dessa forma, o sistema bancário, em geral, excluía (e ainda exclui) amplas parcelas da população do acesso ao crédito e, portanto, o objetivo era estender a estes excluídos do sistema formal de bancos as possibilidades de financiamento. Além de retomar, também, as soluções da Conferência

de Hannover (1993) sobre a falta de crédito ao público de baixa renda e aos trabalhadores informais, que se encaminharam a prescrever o microcrédito para segmentos “*bancarizáveis*” desta população. (LOBO, 2014; MACIEL et al., 2012; NITSCH; SANTOS, 2001; SANTIAGO, 2001; SANTOS, 2002; 2007).

Assim, vale citar três experiências que surgem neste contexto: (1) o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), de 1994, criado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), com objetivo posto na concessão e capacitação a autoempregados, seja formais ou informais, por meio de parcerias; (2) a Instituição Comunitária de Crédito Portosol, de 1995, é criada para atuar na Grande de Porto Alegre, visando ao financiamento creditício de “nanoempreendedores”,⁷ mirando-se de forma especial no setor informal; (3) o Sistema Cresol, de 1995, surge na tônica de fortalecer e fornecer crédito rural a partir de iniciativa de ONG’s e entidades representativas da agricultura familiar, abrangendo 220 municípios (MACIEL et al., 2012; MONZONE, 2008; SANTIAGO, 2008).

No decurso da década de 1990, o microcrédito tornou-se um item recorrente na agenda de países em “desenvolvimento” por sua defesa ao combate à pobreza e na geração de trabalho e renda. Demarcando a passagem das instituições e das políticas públicas de uma lógica de *Welfare State* para de *Workfare*, de um Estado-providência passivo para um Estado-providência ativo. Orientando políticas e ações que transferiram do social para o individual a responsabilidade pela inserção. Neste encaminhamento, no governo Cardoso surgiram instituições e programas diversos, ligados aos governos estaduais, municipais e locais vinculados à operacionalização do microcrédito no Brasil, e ficaram conhecidas como “Banco do Povo”, denominação dada pelo próprio presidente, o que suscitou ventilo nacional. (GONÇALVES, 2009; GUIMARÃES; MAGALHÃES, 1997, p. 34; LIMA, 2009; MONZONE, 2008; MOSER, 2011; SANTIAGO, 2008).

Duas outras experiências, opostas, se propõem neste contexto, a saber: em 1996, o BNDES, com

⁷ Termo que visa apresentar a real dimensão de atuação dos tomadores de crédito. De acordo com a perspectiva micro deste estudo, recebendo as aspas pelo desacordo do mesmo com o termo empreendedor, tal como discute Santos (2002; 2007).

apoio do Programa Comunidade Solidária,⁸ cria o atual Programa de Microcrédito do BNDES (PMC) para atuar como banco de segundo piso, incentivando a indústria microfinanceira e IMF's, que se alinhou, em 2005, ao recém-criado Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO); em 2005, uma iniciativa da ONG Viva Rio criou o VivaCred objetivando financiar projetos produtivos em comunidades carentes, a partir de apoio financeiro do BID e da Fininvest (BNDES, 2002; LIMA, 2009; MACIEL et al., 2012; MONZONE, 2008; SANTIAGO, 2008; ZOUAIN; BARONE, 2007).

O movimento microcreditício no Brasil entre a década de 1970 e a etapa atual apresenta, segundo Santiago (2008), quatro momentos coexistentes. O primeiro caracterizado por iniciativas de ONGs e o segundo constituído por experiências em governos estaduais, municipais e locais, a exemplo dos Bancos do Povo. Já o terceiro se define pelo envolvimento de financeiras privadas com ONGs. Na citação do autor, a quarta fase se pontua pela participação do primeiro banco público e de desenvolvimento como banco de primeiro piso na operacionalização no mercado de microfinanças no Brasil, ou seja, a atuação do Banco do Nordeste por meio do Crediamigo.

5 CREDIAMIGO: PARA UMA AVALIAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

O Programa Crediamigo é o Programa de Microcrédito (Urbano) Produtivo Orientado do Banco do Nordeste, ação pioneira de um banco público do Brasil e, também, a única iniciativa mundial bem-sucedida organizada por um banco estatal. Assim, além do apoio dado pelo Governo Federal, importantes parcerias internacionais – como a parceria realizada com a *Acción* – promoveram tanto a instalação quanto os processos posteriores, pelo apoio técnico e financeiro e, também, pelo aprendizado operacional (MACIEL et al., 2012; MONZONE, 2008; SANTIAGO, 2008).

Hoje, o Crediamigo abrange toda a área de atuação do Banco (catorze estados brasileiros),

8 Foi um programa do governo federal, entre 1995 e 2002, ligado diretamente ao Ministério da Casa Civil e presidido pela antropóloga Ruth Cardoso. O encerramento de suas atividades foi sucedido pelo Programa Fome Zero, já no Governo Lula. A base perspectiva deste programa e de sua presidenta deu origem à ONG Comunitas e foi exposto em documento de sua autoria inclusive (CARDOSO et al., 2006).

contando com mais de dois milhões de clientes ativos (BNB, 2018; 2019). Uma de suas características básicas é a garantia relacionada ao aval solidário, com valores que variam de R\$ 100,00 a R\$ 15.000,00, de acordo com a necessidade e o porte. Destes, cerca de 2.000.000 de clientes ativos, aproximadamente um terço reside no estado do Ceará, estado em que o Programa foi lançado. Tal abrangência faz deste não só o maior programa de microcrédito produtivo orientado do país como também a maior experiência microcreditícia da América do Sul, sendo assim, um dos casos de investimento no mercado de microcrédito mais exitosos do mundo e que tem ofertado sozinho mais crédito a “nanoempreendedores” que todos os demais programas vigentes no país (MACIEL et al., 2012; MONZONE, 2008; NERI, 2008a; NERI et al., 2008; NERI; MEDRADO, 2010; SANTIAGO, 2008).

Em funcionamento desde 1998, o programa opera há mais de vinte anos no Banco do Nordeste como “estratégia para o desenvolvimento” e tem a perspectiva de alcançar o público de trabalhadores que foi chamado pelo presidente Cardoso de “inempregáveis”. O lançamento do programa ocorreu após a região Nordeste ter como diagnóstico uma soma de 23,3 milhões de pobres e indigentes em 1997. Apoiado por isso, o Banco do Nordeste dedicou-se à montagem de cinco unidades de um programa-piloto chamado Central de Microcrédito, ainda em 1997, mais tarde Crediamigo (DIMENSTEIN, 1997; GARCIA, 2010; ZOUAIN; BARONE, 2007).

Diferente do modelo latino-americano e do *know-how* de sua parceira *Acción*, que tornou convencional a aplicação do modelo de *upgrading* para a instituição de uma IMF, no Crediamigo se deu o contrário: a estratégia de expansão da fronteira financeira do Banco do Nordeste se realizou no sentido de cima-baixo. Assim, aplicou-se o modelo de *downscaling*⁹ muito por conta de ser uma metodologia funcional na busca de atingir os clientes estimados como demandantes e, em segundo plano, do uso da metodologia de grupos solidários, da qual o Banco, à época, não tinha experiência de campo. (GARCIA, 2010; NERI et al., 2008; NITSCH; SANTOS, 2001; TEIXEIRA, 2008).

9 Modelo que consiste em instituições financeiras já estabelecidas e com um conhecimento prévio (seja do público, da região, ou ainda, da oferta de crédito) passarem a abarcar clientes no nível microeconômico.

As bases desse programa têm raízes primeiras nos princípios formativos da própria instituição em que está inserida. Outras demais raízes estão nos processos que foram citados anteriormente. Mas talvez a sustentação fundamental esteja na transição de uma lógica de providência passiva própria do estabelecimento do *welfare* para um modo de lidar com a questão da demanda de forma ativa e do ponto de vista da ocupação ou da instalação da lógica do *workfare*. Esta última estimulada, principalmente, pela explosão do desemprego estrutural perversamente associado à precarização do trabalho, em que a ocupação ficou mais escassa e insegura, mas, também, ao mesmo tempo, mais precária e informal (MOSER, 2011; SILVA, 2011; THÉ, 2014).

Mediante este *background*, o programa foi desenhado na busca de um amálgama entre um olhar de estratégias de desenvolvimento voltado ao atendimento de necessidades sociais e uma procura pela eficiência empresarial para o encaminhamento da sustentabilidade financeira tanto do Crediamigo quanto do Banco. Desse modo, o desenho e a gestão desta política microcreditícia são regidos por duas racionalidades díspares, a saber: a primeira se consolida em uma lógica e uma perspectiva social que mira a inclusão e, em certa medida, o combate à pobreza; e, a segunda se fundamenta em um discurso empresarial que remete à demanda de competência mercantil e a necessidade de ser financeiramente sustentável. (GARCIA, 2010; SILVA, 2010).

Nas avaliações realizadas sobre este programa, tal disparidade ou equilíbrio entre o econômico e o social é visto como faces da mesma moeda, já que se trata de uma política de trabalho e renda. Apesar de formularem uma crítica acerca do programa, não avançam na compreensão de que este modelo de inserção social tenha se constituído por meio de uma perspectiva liberal e que, de algum modo, é e funciona como reproduzidor da pobreza; nem que é o próprio microcrédito imbuído de uma lógica de ativação ou para a geração de trabalho e renda que fomenta uma economia informal que se figura mantenedora de um trabalho precarizado. Em outra perspectiva avaliativa, o microcrédito, tal qual o Crediamigo, propagandeia o financiamento de (micro)empreendedores ao passo que funciona desempenhando um papel de política social. Isso porque, primeiramente, se efetiva a bancarização de pessoas despossuídas de possibilidades de en-

trar no sistema de bancos e que alcança a expansão da abertura de contas-correntes para estes sujeitos, em decorrência disso, o microcrédito representa, nesta visão, a instituição de uma democracia econômica e de crédito (ABRAMOVAY et al., 2012; BNDES, 2002; ESTIGARA, 2009; GARCIA, 2010; LOBO, 2014; NERI; BUCHMANN, 2008; NITSCH; SANTOS, 2001, p. 179; SILVA, 2010; SILVA, 2011; V.I.D.A. BRASIL! ONG, 2000).

Dessa forma, esta democratização ocorre para o crédito, porém, em sua contraparte, sucede similantemente para a dívida, podendo o microcrédito tomar um significado de estímulo ao endividamento. Porém, há a crença de que é a necessidade de pagar a dívida contraída que incentiva o tomador a envolver-se em atividades produtivas, tornando a posse de dívidas, o aumento das chances de endividamento e a ampliação do estoque delas não só um índice de resultados “positivos” para o programa, mas entende-se a dívida como princípio, mesmo lidando com pessoas pauperizadas. Assim, dentro da lógica (neo)liberal em que o Crediamigo está inserido, este propõe e efetua uma cidadania, ao mesmo tempo, ativa e comprada (ou devida) (ESTIGARA, 2009; NERI; MEDRADO, 2010; SILVA, 2010).

Portanto, a construção das políticas de microcrédito no Banco do Nordeste está vinculada à busca e à preocupação na área da geração e crescimento de trabalho e renda, mas apresenta, também, um interesse em construir outros determinantes para saída da pobreza, ou o crédito funcionaria como gerador de capacidades que impulsionariam os clientes a esse objetivo. Por outro lado, essa construção denota uma lógica relacionada à manutenção de capital bancário, adensamento de contas ativas e à transformação de capital social prévio em colateral e em círculo de influência. Entretanto, tal transformação vem sendo criticada por conotar um processo de *comoditização*¹⁰ dos laços sociais prévios, tornando-os um produto consumível e vendável no mercado capitalista (SCHUSTER, 2015; SEN, 2010).

Esta democracia de crédito se dá muito em decorrência do modo como a operacionalização atua no Crediamigo. O aval é elementarmente um mecanismo de reciprocidade e um modo de que

¹⁰ Conversão de relações antes não mantidas pela comercialização em relações comerciais. De processo contraditório por conotar, de um lado, uma socialização progressista; e de outro, a dominação do capital desumanizante.

problemas comuns e interesses objetivos sejam tratados de forma mútua. Para tanto, o alcance desta metodologia exige dois pontos fundamentais, a possibilidade de alternativa aos colaterais financeiros requisitados pelo mercado comum de bancos e a proximidade social. Assim, a atuação microcreditícia do Banco do Nordeste foi capilarizada e barateou os custos operacionais, simplificando mecanismos de obtenção de informação sobre os clientes. Isso só foi possível porque na falta de garantias formais para a oficialização dos contratos (*enforcement*) apontou-se, como alternativa, para os colaterais sociais, apostando no bom-senso e no conhecimento local e mútuo sobre os membros dos grupos (ABRAMOVAY, 2012; GARCIA, 2010; LIMA, 2009).

A proximidade social passou a ser uma exigência para o desenvolvimento dessa metodologia de concessão de microcrédito, demandando dos sujeitos algum contexto social em que estejam integrados, abarcando aqueles que já convivem em grupos sociais. É neste ambiente que se pode esperar a constituição da pressão do grupo (*peer pressure*) como incentivo ao pagamento dos empréstimos; consolidando pares que possam infligir sanções sociais diante da inadimplência, significando ao mesmo tempo apoio e vigilância. Tal controle social inicia-se na autoimposição (*self-enforcing*) de manter, concomitantemente, os pagamentos do empréstimo e o valor da palavra empenhada, mas segue na salvaguarda de honrar o compromisso do grupo pelo compartilhamento da dívida. Ocorrendo, em certa medida, a rejeição a agrupar-se com semelhantes nas mesmas condições, o que contradiz preceitos do aval solidário por se apresentar como falta de solidariedade e de constituir relações de desconfiança. Por outro lado, a pressão exercida pelos laços sociais para a realização dos pagamentos produz vergonhas, no nível subjetivo e moral dos clientes, e tanto entre os que perseguem e cobram os componentes de suas relações prévias quanto entre os que são cobrados (ARRAES; SILVA, 2012; MARTINELLI, 2004; MOTA; SANTANA, 2011; NITSCH; SANTOS, 2001; SCHUSTER, 2015; SILVA, 2011; SOARES; BARRETO; TEIXEIRA, 2012; V.I.D.A. BRASIL! ONG, 2000).

Nesse sentido, os códigos morais de obrigações e reciprocidades têm primazia no Crediamigo, se exercendo por cobrança de cunho “moral” entre os membros. As análises sobre a questão do aval

solidário e da reciprocidade esquecem que, fundamentalmente, a própria tomada de crédito é uma relação recíproca, mas diferentemente da ocorrida no contexto do grupo, que é entre iguais, ela se desenvolve na âncora da assimetria e de uma política de interdependência com o Banco do Nordeste (GONÇALVES, 2009; SCHUSTER, 2015; SILVA, 2011; THÉ, 2013; 2017).

A decorrência dessa operacionalização é a formação, o desenvolvimento e o adensamento de capital social, que provém de regras que projetam comportamentos interpessoais e (inter)individuais dentro de grupos. Por um lado, um elemento-chave do Crediamigo se encontra nas “células do tecido social como relações de confiança previamente estabelecida” (FGV, 2001, p. 2) e no uso das redes sociais afeitas aos clientes. Por outro lado, a concessão do microcrédito promove a reconstrução de relações e de laços sociais. Não se baseando, portanto, somente no capital social prévio (ABRAMOVAY, 2012; BANDEIRA, 2008; ESTIGARA, 2009; GARCIA, 2010; NERI, 2008b; NERI; BUCHMANN, 2008; SILVA, 2010).

Primar pelo capital social, neste contexto, está congruente ao oferecimento de uma cidadania, mesmo que na lógica da ativação e/ou da mercantilização. O seu fortalecimento significa entender o crédito como parte do próprio conceito. O acesso ao microcrédito gesta um ciclo virtuoso que aumenta o ingresso a mercados e, consequentemente, do capital social neste seguimento. A efetivação desse capital só se dá na complementaridade entre os vários tipos de recursos sociais e na sincronização com as políticas universais e focalizadas. As políticas universais voltadas às práticas educacionais, alimentares e de saúde se apresentam como ferramentas cruciais para “redução da pobreza”, ainda mais se aliadas a mudanças na estrutura urbanística, especialmente de bairros periféricos e/ou abarcados pelo programa de microcrédito. O âmbito educacional aponta duas dimensões: (1) aumento do capital cultural dos próprios tomadores; (2) preocupação com a geração seguinte (filhos e/ou dependentes). Sem o apoio de políticas transversais, as carências dos tomadores se mantêm e as possibilidades de melhora da qualidade de vida e a geração de renda advindas da operacionalização do microcrédito são limitadas (BANDEIRA, 2008; NERI, 2008c; NERI et al., 2008; SOUZA, 2011; TEIXEIRA, 2008).

Entre as políticas focalizadas, relacionadas com a operacionalização de microcrédito do Banco do Nordeste, o Programa Bolsa Família (PBF) se destaca, ainda mais pelo primeiro se representar como porta para os beneficiários do PBF. Já que os nichos sociais e os sujeitos envolvidos (clientes e beneficiários) são os mesmos. A interação entre microcrédito e políticas redistributivas vão para além de somente atender o mesmo público, a saber: (1) amparam o cumprimento das metas do milênio; (2) a transferência de renda alavanca o colateral possível do beneficiário/cliente, este representa o efeito colateral da expansão de programas de transferência de renda, contribuindo para monetizar o setor informal e aquecer os mercados dos nanonegócios, o que facilita a inserção produtiva e a dimensão econômica. (ABRAMOVAY et al., 2012; BRAGA, LEANDRO; LYRA JÚNIOR, 2012; ESTIGARA, 2009; GARCIA, 2010; SILVA, 2010; NERI 2008a; 2008c; NERI; MEDRADO, 2010).

Uma medida crucial para o Crediamigo foi a sanção da lei que qualificou as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip): amparo jurídico para o apoio operacional do Instituto Nordeste Cidadania (Inec). Os avanços das microfinanças não foram prioridade nos governos Cardoso, que se dedicou na montagem do mercado microcreditício; já nos governos Lula, o microcrédito tomou o sentido de democratização do crédito. A instituição do PNMPO fez a efetiva regulação deste campo, influenciado e nos moldes do Crediamigo; porém manteve a divisão do mercado evitando a competição. (BRASIL, 1999; 2005; GARCIA, 2010; LOBO, 2014).

Na sequência há: (1) o lançamento do Programa Agroamigo, que desdobra o Crediamigo para o rural, diagnosticado como mais pauperizado que o urbano; (2) a expansão do Crediamigo, no Crediamigo Comunidade, buscando o combate à pobreza e a integração entre concessão de crédito e aumento do poder comunitário; (3) a ampliação do programa para o Rio de Janeiro, sob a parceria com a Oscip VivaCred; (4) lançamento do Programa Crescer, modelado pelos programas Crediamigo e Agroamigo. (ABRAMOVAY et al., 2012; BANDEIRA, 2008; GARCIA, 2010; OLIVEIRA; SOUSA, 2012; PEREIRA NETO, 2012).

No contexto do Crediamigo, há a preferência pelos clientes que têm menor possibilidade de inclusão no sistema bancário, enquanto atua na base

da pirâmide social, a saber: cerca de 50% do total de clientes ingressam no nível de subsistência e o gênero feminino absorve 67% das aplicações de crédito. As características gerais dos demandantes do programa são: preferencialmente mulheres; autoempregados em atividades informais; escolaridade com baixa média em anos de estudos formais e de nível baixo; contexto familiar de renda abaixo de R\$1.000,00; e, a idade gira em torno do estágio superior dos 36 anos (BNB, 2018; 2019; GARCIA, 2010; MOTA; SANTANA, 2011; NERI, 2008c; SILVA, 2011; BRAGA; LEANDRO; LYRA JÚNIOR, 2012).

O “nanoempreendedor”, que requisita microcrédito, atua no setor informal da economia e é inserido no mundo produtivo de forma precarizada, enquanto apresenta baixa produtividade, escassez de capital e incapacidade de oferecer garantias. Nesse escopo, de subsistência, há maior procura pelos setores de comércio e serviços, abrigos da base da pirâmide social. Esse baixo nível de estrutura de capital da informalidade inviabiliza a geração de poupança e investimento e amplia as possibilidades de endividamento por conta da baixa produção de rendas excedentes. Apesar disso, tem garantido o ingresso de populações carentes a mercados de consumo (ABRAMOVAY et al., 2012; ARRAES; SILVA, 2012; BRAGA; LEANDRO; LYRA JÚNIOR, 2012; GARCIA, 2010; MOTA; SANTANA, 2011; NERI, 2008c; SILVA, 2011).

A priorização das mulheres no microcrédito funda-se na atestação de que a pobreza tem bases “feminizadas” no urbano. Pelo programa se dedicar a gerar oportunidades a setores excluídos, essa focalização é necessária para superação dos quadros de pobreza e vulnerabilidade. Já que, as nanoempreendedoras investem em educação e saúde como nas experiências internacionais, denotando interdependência e entrelaçamento nos fluxos monetários entre o nanonegócio e a família, entre produção e reprodução. De forma que a reprodução se prioriza em relação à produção e às preocupações dos clientes, decrescentemente, são: consumo, investimento e poupança. Mas este foco se dá, também, por estas representarem menor risco de crédito para a IMF, pela: sensibilidade às punições sociais (morais) como a hostilidade verbal; e, maior benefício com a criação e manutenção de redes sociais (ARREAS; SILVA, 2012; NERI et al., 2008; RACZYNSKI, 1995, p. 14; SANTOS,

2002; 2007; SANTIAGO, 2008, SILVA, 2011; SOARES; BARRETO; TEIXEIRA, 2012).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Crediamigo, como visto, identifica quem está (e não está) apto a participar das trocas em seu circuito. Reconhece um grupo social efetivamente, além do trabalho e do trabalhador informal, afirmando-o como cliente bancário e, em certa medida, repara a injustiça social através da política de reconhecimento interna à operacionalização do microcrédito. Ao tempo que os invisibilizados permanecem fora dos “reconhecidos” e mantêm-se ampla parcela da população excluída. Neste sentido, o mercado “funciona como arena social de disputa por reconhecimento e a forma como está estruturado pode somar ou não para reforçar desigualdade social” (LOBO, 2014, p. 32), ou seja, é a lógica mercadológica, ao fim e ao cabo, que indica quem tem direito de participar ou não das trocas, concessões e do crédito (BANDEIRA, 2008; BRAGA; LEANDRO; LYRA JÚNIOR, 2012; LOBO, 2014; SILVA, 2010).

Assim, o Crediamigo versa uma contradição entre duas éticas: uma humana e outra de mercado, emancipatória e liberal. Entretanto, a experiência exitosa do Programa desconstrói as dicotomias, frequentemente expostas pelos economistas, entre economia capitalista e informal, entre mercados perfeitos e imperfeitos, e entre fenômenos econômicos sérios e fatos econômicos supostamente triviais e sentimentais, fazendo com que esses circuitos econômicos, dinamicamente e na lógica do programa, se conectem e se inter-relacionem intimamente. Por outro lado, mantêm uma reificação do mercado no campo do microcrédito, onde uma política de ativação da pobreza transformou-se em uma política lucrativa para a IMF. Esta priorização pelo lucro fez com que o programa tenha encontrado limites no alcance dos processos de redução das desigualdades. Mas deve-se convir que os problemas do Programa sejam limites de toda a operação e emulação microcreditícia (ZELIZER, 2009).

O que leva ao questionamento da compreensão de Neri et al. (2008), que entende o microcrédito como uma solução em que tanto a IMF quanto os clientes ganham. Já que enquanto as IMF's têm lucros, aos clientes ocorre uma manutenção da condição de baixa renda com a ampliação mí-

nima desta, ou seja, ascensão econômica familiar mínima, sendo de alguma forma, semelhante ao “capitalismo de centavos” (TAX, 1964a; 1964b; TEIXEIRA, 2008).

O microcrédito, dessa forma, reafirma as reconfigurações dos processos vigentes e o seu exame expõe que ele opera com e não contra a pobreza, a desigualdade e a exclusão. Significando, antes, uma estratégia que aprofunda as condições econômico-sociais que se apresentam em detrimento a um processo de autonomia e de democratização de condições. O Crediamigo atua na inclusão de pessoas e setores inseridos em um cenário de exclusão, dentro de um contexto mais geral de privação. O que torna esta ação, por um lado, controversa, por levar ao *endividamento* pessoas empobrecidas, fragilizadas, em um quadro de vulnerabilidade e dissociadas das estruturas de poder e, por outro, por oferecer oportunidades únicas no mercado de crédito brasileiro e, especialmente, no Nordeste brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Alcance e limites das finanças de proximidade no combate à inadimplência: o caso do Agroamigo. In: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. **A experiência dos programas de microfinanças do Banco do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.
- ABRAMOVAY, R. et al. **Cinco anos de Agroamigo**: retrato do público e efeitos do Programa. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.
- AP. Hundreds of suicides in India linked to micro-finance organizations. **Business Insider**, Markets, Nova Iorque, 24 feb. 2012. Disponível em: <http://goo.gl/9II03P>. Acesso em: 19 mai 2019.
- ARRAES, R. A.; SILVA, L. F. B. Demanda por microcrédito no Nordeste: Atuação dos pequenos empresários. In: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. **A experiência dos programas de microfinanças do Banco do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.
- BANDEIRA, C. I. A. **Microcrédito emancipatório no Nordeste do Brasil?** Estudo de caso do Crediamigo. Comunidade nos municípios de Caucaia-CE e Maranguape-CE. Natal, 2008, Dissertação. (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

- BANNING-LOVER, R. 11 ways to close the gender gap in financial inclusion. **The Guardian**, Londres, 15 Dec. 2015. Disponível em: <http://goo.gl/e0NwwZ>. Acesso em: 19 mai. 2019.
- BNB. **Relatório anual 2018**: Programas de microfinanças do Banco do Nordeste. Disponível em: <http://goo.gl/OBenqD>. 2018. Acesso em: 19 mai 2019.
- _____. **Crediamigo**. Disponível em: www.bnb.gov.br. Acesso em: 19 mai 2019. 2019.
- BNDES. **BNDES: 50 anos de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Disponível em: <http://goo.gl/bkYQ9J>. Acesso em: 19 mai. 2019.
- BRAGA, M. G. S.; LEANDRO, C. D.; LYRA JÚNIOR, S. G. Microcrédito como ação complementar ao Programa Bolsa-Família: a experiência do Crediamigo do BNB. In: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. **A experiência dos programas de microfinanças do Banco do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.
- BRASIL. **Lei n. 9.790**, de 23 de março de 1999. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 19 mai. 2019.
- _____. **Lei n. 11.110**, de 25 de abril de 2005. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 19 mai. 2019.
- CARDOSO, R. et al. **Sociedade civil, democracia e desenvolvimento**: ideias e experiências em debate. São Paulo: Comunitas, 2006.
- CIANCIO, D. Capital, trabajo y políticas sociales de desarrollo en programas de economía social: consideraciones acerca del microcrédito. **Ideias** - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, n. 9, p. 237-253, segunda série, jun./dez. 2014.
- COHEN, M. The impact of microfinance. **CGAP Donor Brief**, Washington (World Bank), n. 13, 2003. Disponível em: <http://goo.gl/eDLsII>. Acesso em: 19 mai. 2019.
- DIMENSTEIN, G. Os “inempregáveis”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 de abril de 1997, Mundo. Disponível em: <http://goo.gl/DmWQKZ>. Acesso em: 19 mai. 2019.
- ESTIGARA, A. O microcrédito como política pública: instrumento para a concretização dos objetivos de desenvolvimento do milênio. **RNTI** – Revista Negócios e Tecnologia da Informação, Curitiba, v. 3, p. 1-25, 2009.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Microfinanças e apoio microempresarial no Nordeste**: subsídios para avaliação do Crediamigo. Rio de Janeiro: Centro de Políticas Sociais, 2001.
- GARCIA, C. **O desenho do programa Crediamigo do Banco do Nordeste**: inclusão social e mercado. Fortaleza: BNB, 2010. (Série BNB Teses e Dissertações, n. 21).
- GONÇALVES, A. F. **Experiência em economia solidária no Estado do Ceará**. Campinas: Unicamp/CMU – Publicações; Arte Escrita, 2009.
- GUIMARÃES, I. G. R.; MAGALHÃES, M. A. A experiência do microcrédito no Distrito Federal. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n.4, p. 33-40, out/dez. 1997.
- GULLI, H. **Microfinanzas y pobreza**. ¿Son válidas las ideas preconcebidas? Washington: Banco Interamericano de Desarrollo, 1999.
- HICKEL, J. The microfinance disillusion: who really wins? **The Guardian**, World, Africa, Londres, 10 Jun. 2015. Disponível em: <http://goo.gl/1Wf11S>. Acesso em: 19 mai. 2019.
- KABEER, N. Is microfinance a ‘Magic Bullet’ for women’s empowerment? Analysis of findings from South Asia. **EPW – Economics & Political Weekly**, Mumbai, v. 40, n. 44-45, p. 4.709-4.718, out.2005.
- KARNANI, A. Microfinance misses its mark. **Stanford Social Innovation Review**, Stanford, Summer 2007.
- LAGNEU-YMONET, P; MADER, P. O subprime dos pobres? **Le Monde Diplomatique**. São Paulo, p. 30, out. 2013.
- LIMA, S. N. Microcrédito como política de geração de emprego e renda. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 47-76, dez. 2009.
- LOBO, C. G. A. Reconhecimento e desigualdade no mercado de microcrédito no Brasil. **RP3 – Revista de Pesquisa em Política Públicas**, Brasília, n. 3, p. 26-44, ago. 2014.
- MACIEL, H. M. et al. O impacto do programa de microcrédito rural (Agroamigo) na melhoria das condições das famílias beneficiadas no Estado do Ceará: um estudo de caso. In: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. **A experiência dos programas de microfinanças**

- do Banco do Nordeste.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.
- MARTINELLI, F. Crédito amigo. **Criativa**, Rio de Janeiro, p. 96-99, set. 2004.
- MONZONI, M. **Impacto em renda do microcrédito.** São Paulo; Petrópolis: GVeEs – Centro de Estudos em Sustentabilidade – FGV-EAESP, 2008.
- MOSER, L. A nova geração de políticas sociais no contexto europeu: workfare e medidas de ativação. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 68-77, jan./jun. 2011.
- MOTA, W. L.; SANTANA, J. R. O microcrédito como estratégia de redução da pobreza no Nordeste: uma avaliação a partir do Programa Crediamigo. **REN**, Revista de Economia do Nordeste, Fortaleza, v. 42, n. 1, p. 25-48, jan./mar. 2011.
- NERI, M. Introdução. In: NERI, M. (Org.). **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do Crediamigo.** Rio de Janeiro: FGV, 2008a.
- _____. Determinantes do microcrédito, garantias e o mistério do capital. In: NERI, M. (Org.). **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do Crediamigo.** Rio de Janeiro: FGV, 2008b.
- _____. Nanocrédito e combate à pobreza. In: NERI, M. (Org.). **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do Crediamigo.** Rio de Janeiro: FGV, 2008c.
- NERI, M. et al. Microcrédito: teoria e prática. In: NERI, Marcelo. (Org.). **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do Crediamigo.** Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- NERI, M.; BUCHMANN, G. Crediamigo: o Grameen tupiniquim. In: NERI, M. (Org.). **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do Crediamigo.** Rio de Janeiro: FGV, 2008a.
- NERI, M.; GIOVANINI, F. S. Negócios nanicos, garantias e acesso ao crédito. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 643-669, set./dez. 2005.
- NERI, M.; MEDRADO, A. L. Experimentando microcrédito: uma análise de impacto do Crediamigo no acesso a crédito. **REN**, Revista de Economia do Nordeste, Fortaleza, v. 41, n.1, p. 133-154, jan./mar. 2010,
- NITSCH, M.; SANTOS, C. A. De repressão financeira ao microcrédito. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 172-183, out./dez. 2001.
- OLIVEIRA, G. G.; SOUSA, A. C. S. Programa de microcrédito rural no território agreste de Alogoinhas/Litoral Norte (Bahia), 2005-2008. In: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. **A experiência dos programas de microfinanças do Banco do Nordeste.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.
- PEREIRA NETO, A. BNB – Agroamigo: uma bem-sucedida política pública de combate à pobreza no meio rural do Nordeste do Brasil. In: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. **A experiência dos programas de microfinanças do Banco do Nordeste.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.
- RACZYNSKI, D. Estratégias para combater a pobreza em America Latina: diagnóstico y enseñanzas de política. In: _____ (Org.). **Estrategias para combatir la pobreza en America Latina: programas, instituciones y recursos.** Santiago: BID; Cieplan, 1995.
- RIST, G. **El desarrollo: historia de una creencia occidental.** Madri: Catarata, 2002.
- SANTIAGO, E. G. Microcrédito popular no Brasil nos Anos 90 – Análise e propostas para as políticas públicas de trabalho e renda. In: _____. **Políticas de trabalho em escala humana: uma crítica à visão mercadocêntrica.** Fortaleza: LCR, 2001.
- _____. **Empreender para sobreviver: ação econômica dos empreendedores do pequeno porte.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. (Série BNB Teses e Dissertações, n. 29.)
- SANTOS, C. A. Microcrédito: notas sobre as características da demanda. **Políticas Sociais – acompanhamento e análise**, Brasília, n. 4, p. 119-124, 2002.
- _____. Análise de impactos socioeconômicos do microcrédito: dificuldades metodológicas e analíticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 147-160, jan./fev. 2007.
- SCHUSTER, C. Your family and friends are collateral: microfinance and the social. **Cultural Anthropology**, 30 mar. 2015. Theorizing the Contemporary. Disponível em: <https://bit.ly/30Eg9jk>. Acesso em: 19 mai. 2019.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, C. M. F. **As múltiplas faces da exclusão na política de microcrédito para geração de trabalho e renda de Fortaleza**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2011. (Série BNB Teses e Dissertações, n. 29).

SILVA, R. J. F. **Avaliação dos impactos do programa Crediamigo em população de baixa renda de Fortaleza**. 2010. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SOARES, R. B.; BARRETO, F. A.; TEIXEIRA, M. A. Condicionantes da saída da pobreza com microcrédito: o caso dos clientes do Crediamigo. In: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. **A experiência dos programas de microfinanças do Banco do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

SOUZA, J. M. G. **Microcrédito em Fortaleza: um instrumento de redução da pobreza?** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

SPIEGEL, P. **Muhammad Yunus**, o banqueiro dos pobres. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2010.

TAX, S. **El capitalismo del centavo**: uma economia indígena de Guatemala, tomo I. Cidade da Guatemala: Centro Editorial José de Pineda Ibarra; Ministerio de Educación Pública, 1964a.

_____. **El capitalismo del centavo**: uma economia indígena de Guatemala, tomo II. Cidade da Guatemala: Centro Editorial José de Pineda Ibarra; Ministerio de Educación Pública, 1964b.

TEIXEIRA, M. A. **Microcrédito**: condicionantes para saída da condição de pobreza: estudo aplicado ao programa Crediamigo do BNB. Dissertação (Mestrado em economia) – Pós-Graduação em Economia – CAEN, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2008.

THÉ, R. F. S. Microcrédito, dádiva e narrativas: esboços interpretativos sobre o Programa Crediamigo por meio de histórias de vida. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 26, n. 2, mai/ago 2013, p. 402 – 414.

_____. **Evocações Benebianas**: historicidade e propósitos das institucionalidades para o Nordeste. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

_____. **Dádiva, dívida, dúvida**: Sentidos e significados sobre uma política de microcrédito. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

V.I.D.A. BRASIL! ONG. **Estudo da viabilidade de acesso da população de baixa renda às linhas de créditos para ações de microempreendimento**. Fortaleza: V.I.D.A Brasil!, 2000.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2008.

ZELIZER, V. A. Dualidades perigosas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 237 – 256, abr. 2009.

ZOUAIN, D. M.; BARONE, F. M. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. **RAP – Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 369-380, mar./abril 2007.